

PORTUGAL E A RDA DURANTE A «REVOLUÇÃO DOS CRAVOS»

Tilo Wagner

Num artigo sobre as relações internacionais de Portugal durante a chamada «Revolução dos Cravos», José Medeiros Ferreira salientou que os dois estados alemães tinham estado envolvidos no resultado político do 25 de Abril de 1974¹. A maioria das pesquisas científicas tem-se centrado nas relações políticas entre a República Federal da Alemanha (RFA) e Portugal, especialmente nos laços entre o Partido Social-Democrata da Alemanha Ocidental (SPD) e o Partido Socialista Português (PS)². Uma vez que quase todos os documentos da República Democrática Alemã (RDA) estão agora disponíveis³, a investigação sobre a história da Alemanha de Leste experimentou um grande desenvolvimento no último par de anos, incluindo a pesquisa sobre a política externa da RDA⁴. Contudo, as relações entre Portugal e a RDA ainda não foram investigadas. Uma das causas prende-se muito provavelmente com o facto de em apenas catorze anos de história bilateral após a revolução (1976-1990), os laços diplomáticos e económicos entre Lisboa e Berlim Leste terem sido, quantitativamente, quase inexistentes. No entanto, o processo revolucionário após o golpe militar de Abril é um acontecimento único que mostra como a RDA, estando fortemente ligada à política externa soviética, reagiu relativamente a um processo revolucionário influenciado pela esquerda num Estado membro da NATO.

A RDA não manteve quaisquer relações diplomáticas com Portugal antes da revolução. Além disso, o Partido Socialista Unido (SED) no poder forneceu apoio militar e técnico a movimentos de independência africanos que, em Angola e Moçambique, lutavam contra o Portugal colonial desde o princípio dos anos 60. Procedendo desta forma, a RDA seguiu a estratégia de confronto da União Soviética em países subdesenvolvidos que contrastava com a tentativa de criar um sistema de coexistência entre comunismo e capitalismo na Europa. Os contactos da Alemanha de Leste com grupos de esquerda radical africanos estabeleceram-se com a ajuda do Partido Comunista Português (PCP) que mantinha relações com o SED desde 1957, altura em que tinha pedido apoio financeiro aos comunistas alemães para organizar a fuga do líder do PCP, Álvaro Cunhal, do Forte de Peniche⁵. Desde que o SED preparara uma conferência de todos os partidos comunistas

européus que iria ter lugar em Berlim Leste no Verão de 1975⁶, os líderes comunistas alemães ansiavam por criar laços fortes com o PCP que, ao aceitar a liderança do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), era o único partido não eurocomunista no Sudoeste da Europa. Durante a revolução, o número de membros do PCP aumentou de três mil para 100 mil, tornando-o no partido político mais forte em Portugal. Apoiando um influente grupo de esquerda composto por oficiais das Forças Armadas sob a liderança de Vasco Gonçalves, o PCP pareceu influenciar o crescente rumo socialista vivido por Portugal em 1974-1975.

Neste ensaio irei demonstrar como Portugal e a RDA desenvolveram contactos internacionais, tendo em consideração as circunstâncias acima mencionadas. Estes contactos, sobretudo os mantidos entre o PCP e o SED, passaram por três fases distintas: na primeira, os objectivos imediatos dos comunistas portugueses determinaram o rumo das relações internacionais; na segunda, o SED tornou-se um agente activo no processo revolucionário; e a terceira foi marcada por uma repentina retirada do apoio da Alemanha de Leste ao PCP.

O SED – UM PARCEIRO FIÁVEL

Em 25 de Abril de 1974, um grupo de oficiais militares, o chamado Movimento das Forças Armadas (MFA), derrubou o regime do Estado Novo encabeçado pelo sucessor de Salazar, Marcelo Caetano. Uma vez que os partidos políticos não tiveram qualquer papel na preparação do golpe, estes procuraram participar no primeiro governo provisório⁷. A Junta de Salvação Nacional (JSN), liderada pelo general António de Spínola, aceitou, após um curto período de hesitação, integrar dois comunistas no seu governo: Avelino Gonçalves, o novo ministro do Trabalho, e Álvaro Cunhal como ministro sem pasta. Com isto, o PCP alcançou uma plena participação política, que tinha sido um dos objectivos mais importantes da estratégia pós-golpe do partido⁸. Contudo, depois de terem vivido mais de quarenta anos na clandestinidade, os comunistas portugueses visavam um reconhecimento maior.

Uma delegação do PCP encabeçada por Sérgio Vilarigues, membro do Comité Central, chegou a Berlim Leste a 16 de Maio de 1974 para levar a cabo conversações com altos dirigentes do SED. Vilarigues informou Hermann Axen, o responsável do SED pelas relações internacionais do partido, que o MFA esperava estabelecer rapidamente contactos com países socialistas. No entanto, o PCP salientou que «o estabelecimento de relações diplomáticas de países socialistas com Portugal neste momento receberia um importante instrumento político do partido. O PCP urge [o SED] a apenas considerar o estabelecimento de relações diplomáticas após consultas adicionais com o partido»⁹. Desde o princípio, o PCP tentou usar os contactos interpartido com o SED de forma a controlar as relações oficiais entre Portugal e a RDA, na esperança de alcançar um papel de maior relevo no Governo português.

A ideia de Cunhal de estabelecer relações, em primeiro lugar, com a União Soviética e depois com outros países socialistas, no que pretendia ser um sinal do reconhecimento

do papel principal de Moscovo dentro do mundo socialista, foi frustrada pelo líder do PS e ministro dos Negócios Estrangeiros, Mário Soares, que já tinha contactado previamente os governos da Roménia e da Jugoslávia¹⁰. Ainda assim, a RDA manteve a sua promessa de deixar os comunistas portugueses fixarem a data dos primeiros contactos diplomáticos que foram estabelecidos a 9 de Junho de 1974, pouco tempo depois de a União Soviética ter quebrado o silêncio que reinara entre Lisboa e Moscovo desde a revolução bolchevique de 1917¹¹.

O cuidadoso desempenho político dos comunistas portugueses durante os primeiros meses após o golpe militar contrastou com a luta agressiva pelo controlo do movimento sindical. O PCP planeava unir o movimento laboral sob a central de trabalhadores «Intersindical», na qual membros do Partido Comunista detinham posições de liderança¹². Mas a sua tentativa para centralizar o movimento laboral organizado deparou-se com a resistência do PS que, por si só, tentou ganhar influência sobre as recém-fundadas «Comissões de Trabalhadores», uma alternativa descentralizada das organizações laborais. Durante a luta pelo controlo que se prolongou pelo ano de 1974, o SED mostrou ser um parceiro útil, providenciando apoio técnico e financeiro aos comunistas portugueses. Mesmo antes de os primeiros contactos diplomáticos entre Portugal e a RDA serem estabelecidos, Werner Heilmann, um alto funcionário da Confederação Livre dos Sindicatos Alemães (FDGB), encontrou-se com os seus homólogos portugueses da Intersindical, em Lisboa, tendo sido o primeiro membro de um sindicato de um país socialista a visitar o Portugal revolucionário. Os funcionários da Intersindical mostraram um interesse especial pela história da FDGB que tinha, ela própria, outrora, começado como uma organização tutelar. De regresso a Berlim Leste, Heilmann informou o presidente do sindicato que os líderes da Intersindical tinham explicitamente requisitado apoio técnico e financeiro para o desenvolvimento de um movimento sindical comunista unificado¹³. O FDGB não hesitou em colocar à disposição da Intersindical apoio técnico no valor de 100 mil marcos a juntar a outros 100 mil marcos¹⁴. Além disso, o sindicato da Alemanha de Leste enviou uma delegação a Portugal trazendo à Intersindical material de propaganda e informação sobre a história da FDGB. Em Novembro de 1974, a FDGB contribuiu com mais 100 mil marcos para a construção da empresa gráfica da Intersindical que foi usada para publicar a revista *Alavanca*¹⁵.

DESDE O PRINCÍPIO, O PCP TENTOU USAR OS CONTACTOS INTERPARTIDO COM O SED DE FORMA A CONTROLAR AS RELAÇÕES OFICIAIS ENTRE PORTUGAL E A RDA, NA ESPERANÇA DE ALCANÇAR UM PAPEL DE MAIOR RELEVNO NO GOVERNO PORTUGUÊS.

UM ACORDO ENTRE OS PARTIDOS COMUNISTAS

Uma vez que a descolonização, que tinha estado no centro da actividade política do I Governo Provisório, teve um avanço significativo, o ponto central dos actores políticos virou-se para as questões económicas e sociais. Um golpe de direita falhado, lide-

rado pelo general Spínola, a 30 de Setembro de 1974, fortaleceu a posição dos oficiais de esquerda dentro do MFA¹⁶. Procurando apoio na população portuguesa, que iria eleger uma Assembleia Constituinte a 25 de Abril de 1975, o PCP foi forçado a alterar o seu programa agendado no Congresso de Outubro de 1974. O objectivo marxista de construir uma «ditadura do proletariado» como um passo necessário para alcançar o comunismo foi retirado da estratégia pública do partido¹⁷. Ao fazer isto, o PCP foi o primeiro partido comunista europeu a abandonar um termo-chave da retórica leninista de Moscovo. Isto causou alguma confusão em Berlim Leste. Ao preparar uma conferência de todos os partidos comunistas europeus a ter lugar na Alemanha de Leste, o SED já teve dificuldades em lidar com o rumo reformista dos partidos eurocomunistas de Espanha, Itália e França. No entanto, o PCP estava aparentemente consciente do efeito simbólico que o seu novo programa revelava. Consequentemente, Cunhal informou o SED de que «a principal razão desta mudança era que algumas palavras podiam não ser entendidas da forma que pretendíamos. Nas circunstâncias actuais, o uso daquelas palavras criaria uma desadequada má interpretação das nossas políticas»¹⁸. Os comunistas temiam que o uso da palavra «ditadura» enquanto objectivo imediato da estratégia do partido pudesse afugentar potenciais apoiantes de esquerda que sentiam aversão contra a palavra que tinham usado para descrever o antigo regime autoritário de Portugal. Mas havia mais. Ao abandonar a expressão leninista, o PCP sustentou a possibilidade de um futuro governo de coligação com os socialistas, algo que o SED não desejava ver estabelecido. Surgiram mais problemas quando o PCP criticou o esboço de uma comunicação do SED que os comunistas alemães tinham preparado para a conferência dos partidos comunistas europeus. O PCP salientou que a declaração do SED não continha uma mensagem clara que se dirigisse directamente ao povo¹⁹. Este desentendimento linguístico revelou uma das principais diferenças entre os comunistas da Alemanha de Leste e de Portugal.

AO ABANDONAR A EXPRESSÃO LENINISTA, O PCP SUSTENTOU A POSSIBILIDADE DE UM FUTURO GOVERNO DE COLIGAÇÃO COM OS SOCIALISTAS, ALGO QUE O SED NÃO DESEJAVA VER ESTABELECIDO.

Tendo governado a RDA durante um quarto de século, os dirigentes do SED tinham perdido a sensibilidade para temas pragmáticos que eram essenciais à intenção do PCP de captar apoio eleitoral nas eleições que se aproximavam.

De forma a evitar futuros desentendimentos entre Lisboa e Berlim Leste, o SED forçou uma cooperação alargada com os comunistas portugueses. Hermann Axen e o director do jornal líder do SED, o *Neues Deutschland*, Joachim Herrmann, lideraram uma delegação da Alemanha de Leste que visitou Portugal em Dezembro de 1974. Um documento estratégico do partido tinha estabelecido que a «questão da cooperação visando a preparação e a implementação da Conferência de partidos comunistas em 1975 em Berlim Leste devia estar no centro das conversações [com o PCP]»²⁰. Em 21 de Dezembro de 1974, os dois partidos assinaram um comunicado oficial sobre futuras relações interpartidárias que incluía o estabeleci-

mento de laços próximos entre os órgãos dos partidos e uma cooperação alargada no que dizia respeito à conferência dos partidos comunistas em Berlim Leste²¹. Dois dias antes, Axen e Cunhal tinham falado num comício na Amadora. O último reclamou o adiamento das primeiras eleições livres que deviam realizar-se em Abril de 1975, o primeiro usou o exemplo do Chile (onde, em 1973, com a ajuda da CIA, grupos de direita tinham derrubado o governo socialista de Salvador Allende) para condenar uma suposta intervenção de países capitalistas em Portugal. A alusão ao Chile era uma figura retórica comum entre os comunistas portugueses que defendiam um rumo leninista activo para o PCP durante a revolução²².

O apoio simbólico da Alemanha de Leste à ambição do PCP pelo poder não encontrou total apoio em Moscovo. Temendo o fracasso da Conferência para a Segurança e Cooperação na Europa que devia consolidar o empenho da União Soviética na coexistência entre estados comunistas e capitalistas, Leonid Brejnev, o líder da União Soviética, tinha tentado sensibilizar o PCP para uma política cautelosa destinada a evitar uma fractura com estados da NATO. Portanto, Boris Ponomarev, responsável político pelas relações do PCUS com partidos comunistas, urgiu Hermann Axen, numa reunião em Moscovo em Novembro de 1974, a persuadir o PCP de que construir uma coligação com os socialistas portugueses seria a forma mais fácil de assegurar a participação política do PCP²³. Axen esforçou-se por estabelecer contactos com o PS durante a sua permanência em Portugal em Dezembro de 1974. No entanto, informou o Comité Central do SED de que o PS iria «cada vez mais assumir um ponto de vista burguês e identificar-se com as políticas de [Willy] Brandt e [Olaf] Palme²⁴. A aproximação do PS aos sociais-democratas da Alemanha Ocidental era mais uma razão para o SED apoiar fortemente o PCP, mesmo que isto causasse algum desconforto com Moscovo. A liderança política da RDA tentou criar uma personalidade nacional separada para um Estado que historicamente nunca tinha existido, atribuindo uma identidade socialista à Alemanha de Leste²⁵. Com a chamada *Ostpolitik* dirigida pelos sociais-democratas da Alemanha Ocidental que tentavam melhorar as relações entre os dois estados alemães, alguns políticos da Alemanha de Leste temeram uma erosão da identidade socialista da Alemanha de Leste e, nesse sentido, lançaram cruéis ataques verbais a Willy Brandt e ao SPD²⁶.

Durante a «Revolução dos Cravos», o SED conquistou uma inesperada popularidade junto dos comunistas portugueses. Octávio Pato, um dirigente do Comité Central do PCP, relatou, em Janeiro de 1975, a dirigentes do SED em Berlim Leste, que o partido não conseguia satisfazer a procura de informação, livros e filmes acerca da RDA²⁷. A Associação de Amizade Portugal-RDA (APRDA), que tinha sido fundada por um grupo de comunistas portugueses e com o apoio financeiro do SED em Dezembro de 1974, agiu

A APROXIMAÇÃO DO PS AOS SOCIAIS-DEMOCRATAS DA ALEMANHA OCIDENTAL ERA MAIS UMA RAZÃO PARA O SED APOIAR FORTEMENTE O PCP, MESMO QUE ISTO CAUSASSE ALGUM DESCONFORTO COM MOSCOVO.

como elo de ligação entre Lisboa e Berlim Leste. Agradado com o interesse português pela RDA, o SED não tardou a reunir apoio financeiro para a APRDA que se tornou no principal foco da estratégia do SED pelo reconhecimento internacional em países da Europa Ocidental²⁸.

O COMPROMISSO ACTIVO DO SED

Portugal e a RDA assinaram, a 25 de Janeiro de 1975, um acordo de comércio que foi o primeiro tratado bilateral entre os dois países. Já no Verão de 1974, a RDA tinha procurado uma maior cooperação económica, esperando ligar o industrialmente subdesenvolvido Portugal às importações de maquinaria da Alemanha de Leste que tinha perdido competitividade face aos produtos da Alemanha Ocidental. Uma vez que o défice comercial da RDA com o mundo capitalista vinha a aumentar há anos²⁹, o SED ansiava estabelecer promissores contactos comerciais com Portugal que tinha mostrado um crescente interesse na cooperação económica com países socialistas desde que grupos de esquerda do MFA tinham ganho maior influência em Outubro de 1974. As negociações comerciais realizadas em Berlim Leste e Lisboa, de Novembro de 1974 a Janeiro de 1975, revelaram sinais de inibição entre as duas delegações. Os representantes da Alemanha de Leste foram céleres em atribuir as razões das divergências aos implícitos antecedentes «fascistas» dos membros da delegação portuguesa. O ministro do Comércio da RDA (MAH) salientou que «o compromisso da delegação portuguesa não tinha uma concepção construtiva»³⁰.

Portanto, foi sem surpresa que o SED tentou criar laços económicos com parceiros influenciados pelos comunistas, uma vez que o acordo de comércio estabelecera as condições necessárias. O clima político após o 11 de Março de 1975 ajudou a acelerar o processo de cooperação económica entre Portugal e a RDA. O Governo, pressionado pelo PCP e por um influente grupo de oficiais do MFA que apoiava o primeiro-ministro Vasco Gonçalves, nacionalizou grande parte da economia, tais como bancos privados, companhias de seguros e de petróleo, assim como a indústria da electricidade e do aço. Forçando os partidos a assinar um documento que garantia o papel político do MFA durante o processo revolucionário, os principais oficiais de esquerda que rodeavam Vasco Gonçalves (e o PCP enquanto seu mais próximo parceiro político) mantiveram a sua forte influência sobre o rumo de Portugal para além das eleições de Abril, as quais revelaram um apoio popular relativamente fraco ao PCP (12,5 por cento). As eleições para a Assembleia Constituinte, que foram ganhas por forças social-democratas moderadas, criaram uma nova autoridade para além das instituições revolucionárias³¹. No entanto, o rumo socialista de Portugal encorajou Berlim Leste a entregar um par de projectos bilaterais ao governo de Lisboa: um cultural, um serviço de saúde e um acordo aeronáutico³².

Mas foi do desempenho económico da RDA que os comunistas portugueses beneficiaram indirectamente. No final de Março de 1975, o SED enviou a Portugal Alexander Schalck-Golodkowski que chefiava a chamada «comissão comercial» que tinha princi-

palmente estado a organizar a importação de tecnologia ocidental para a Alemanha de Leste³³. Schalck-Golodkowski estava incumbido de pedir ao PCP «que escolhesse, de acordo com o seu interesse político, as firmas que deviam encetar negociações com a RDA»³⁴. Um mês depois foram assinados os primeiros contratos entre empresas de Portugal e da Alemanha de Leste. O plano coordenado do SED para estabelecer relações especiais com firmas influenciadas pelos comunistas em Portugal encontrou um interlocutor inesperado no IV Governo Provisório. O ministro do Trabalho, Costa Martins, visitou Berlim Leste no final de Maio, tentando persuadir o SED de que a responsabilidade pelas relações bilaterais futuras devia ser colocada apenas à Embaixada da Alemanha de Leste em Lisboa. Ao fazer isto, Costa Martins esperava excluir o embaixador português em Berlim Leste, que ele considerava «próximo de Soares», de quaisquer contactos interestatais³⁵. Quando Costa Martins se encontrou com o subsecretário do Comércio da RDA, Gerhard Beil, sugeriu a celebração de um acordo técnico-científico que incluiria uma garantia de cooperação adicional entre a Intersindical e a FDGB. Esta tentativa de fazer que o grupo de esquerda de Vasco Gonçalves e o PCP alcançassem um controlo quase absoluto das relações entre Portugal e a RDA não encontrou o esperado apoio em Berlim Leste. Apesar de o SED controlar de facto todas as relações diplomáticas e transnacionais da RDA, os líderes da Alemanha de Leste mantinham cautelosamente a ilusão de um Estado que agia pluralisticamente³⁶, especialmente no que dizia respeito ao mundo capitalista ocidental ao qual, a seu ver, Portugal nunca deixara de pertencer. De acordo com o princípio da «coexistência pacífica» a RDA manteve todos os canais diplomáticos com os estados ocidentais abertos, reconhecendo mutuamente a sua soberania e integridade. Ao mesmo tempo, o SED apoiava a luta dos partidos comunistas pelo poder nesses países. No entanto, as relações formais com os governos não comunistas nunca foram afectadas pelo apoio do SED aos movimentos comunistas locais³⁷. À medida que a barreira entre os comunistas e o governo em exercício desapareceu, durante a «Revolução dos Cravos» de rápidas mudanças, o princípio da «coexistência pacífica» parecia incapaz de estruturar as relações da RDA com Portugal. Contudo, os líderes da Alemanha de Leste não conseguiram modificar a sua teoria de políticas internacionais, uma vez que as forças próximas dos países socialistas procuravam um tratamento de excepção. Portanto, os dirigentes do SED mantiveram os contactos com a Embaixada de Portugal em Berlim Leste, e entregaram o acordo técnico-científico ao ministro da Indústria, o socialista João Cravinho, num momento em que o conflito entre comunistas e socialistas portugueses atingira o seu ponto mais alto na sequência da «crise do República»³⁸. Além do mais, este foi um exemplo de que, durante este período, não eram apenas militares ou líderes políticos influenciados pelos comunistas que procuravam laços económicos mais estreitos com a RDA³⁹. Todavia, o interesse especial numa cooperação adicional com a Alemanha de Leste não era por vezes mais do que uma tentativa desesperada de suavizar a crise que vinha assombrando a economia portuguesa desde 1974⁴⁰.

BREJNEV EXIGE A RETIRADA DO SED NO VERÃO QUENTE

Na fase mais ardente da revolução portuguesa, o comprometimento político activo do SED para com os comunistas chegou abruptamente ao fim. A 17 de Junho de 1975, Erich Honecker, o líder partidário do SED, escreveu uma carta a Leonid Brejnev na qual afirmava que «é necessário apoiar as forças progressistas em Portugal com todos os meios possíveis [...] e impedir a interferência das forças reaccionárias»⁴¹. Mas o apelo de Honecker para um forte apoio aos comunistas portugueses foi rejeitado pelo secretário-geral do PCUS. Brejnev advertiu o líder da Alemanha de Leste que «é mais importante abandonar qualquer actividade política em Portugal que possa pôr em risco a Conferência dos Estados europeus»⁴². Durante quase um ano, Brejnev ouvira queixas de políticos da Europa Ocidental acerca da interferência política da RDA e de outros países socialistas em Portugal. Seis semanas antes da Conferência para a Segurança e Cooperação na Europa (CSCE), o líder da União Soviética tornou claro que Moscovo não pretendia desistir da consumação da sua estratégia de *détente* por uma mão-cheia de comunistas portugueses ansiosos. Tendo tolerado, e talvez apoiado o activismo político da RDA em Portugal até certo ponto⁴³, Brejnev exigiu a retirada do SED para evitar tensões com a Europa Ocidental e os EUA.

Apesar de os dirigentes do SED nem sempre terem partilhado a opinião da URSS sobre Portugal (*e.g.* em relação ao julgamento do PS), não ficou qualquer dúvida de que iriam seguir o conselho de Brejnev muito seriamente. Infelizmente, para os comunistas as semanas que antecederam a CSCE viriam a revelar-se o pior período para o PCP durante a revolução. A partir de meados de Julho, o PCP viveu um mês de violenta conduta anti-comunista levada a cabo por grupos radicais de direita que destruíram cerca de 60 sedes do partido. Enquanto os partidos comunistas de todo o mundo condenaram rapidamente esta violência, Erich Honecker precisou de quase um mês para enviar uma mensagem de solidariedade a Álvaro Cunhal⁴⁴. A boa vontade do SED em apoiar o «partido irmão» português dependia inteiramente das orientações de Moscovo. Foi por isso que os líderes da Alemanha de Leste apenas reagiram à onda anticomunista em Portugal

A BOA VONTADE DO SED EM APOIAR
O «PARTIDO IRMÃO» PORTUGUÊS DEPENDIA
INTEIRAMENTE DAS ORIENTAÇÕES DE MOSCOVO.

depois de Boris Ponomarev ter dito a Axen, a 12 de Agosto de 1975, que condenasse as acções contra o PCP⁴⁵.

Mas a escala do activismo da RDA em Portugal nunca mais atingiu o nível anterior,

em parte porque os parceiros mais próximos do SED durante a revolução perderam influência significativa no rumo político de Portugal que se dirigia cada vez mais na direcção de uma economia de mercado livre e de uma democracia de estilo ocidental. Portanto, a visita de Álvaro Cunhal a Berlim Leste em Novembro de 1975 teve menos importância do que pode ter parecido. Apesar de Cunhal e Honecker terem reiterado o esforço para aumentar a cooperação entre os dois partidos comunistas⁴⁶, a sua declaração mútua não passou de uma composição de frases de boa vontade que soaram a falso,

especialmente depois da falta de apoio da Alemanha de Leste durante a fase crucial no Verão de 1975.

O SED começou a desenvolver uma visão mais realista da situação em Portugal. Os dirigentes da Alemanha de Leste, desde o 25 de Abril de 1974, tinham sempre tomado como certa a interpretação dos comunistas portugueses da situação corrente. Agora o SED deixara de partilhar os apelos do PCP para reagrupar forças num processo revolucionário em marcha. Um observador da Alemanha de Leste salientou que «após o 25 de Novembro de 1975 as possibilidades do PCP para influenciar o poder político e militar são, em larga medida, restritas. As conquistas da revolução que foram alcançadas entre Abril de 1974 e Agosto de 1975 estão seriamente postas em risco»⁴⁷. Apesar de os comunistas terem perdido qualquer participação governamental depois da derrota do PCP nas eleições legislativas em Abril e da eleição presidencial de Junho de 1976, o SED não cessou o seu apoio à Associação de Amizade Portugal-RDA em Lisboa, que continuava a ser uma das associações de parceria com a Alemanha de Leste mais importantes na Europa Ocidental⁴⁸.

CONCLUSÃO

As possibilidades de o SED influenciar o rumo do PCP durante a revolução eram muito restritas. A dinâmica do processo revolucionário doméstico teve um efeito muito maior nos actores políticos em Portugal do que qualquer força internacional ou transnacional⁴⁹. Isto foi particularmente verdade para os comunistas portugueses que, desde o início, promoveram uma aliança com o MFA. Ao fazer isto, o destino político do PCP ficou fortemente dependente da ascensão e queda de um grupo de oficiais de esquerda sem que o partido fosse capaz de influenciar o processo.

Durante uma primeira fase, em consequência do golpe militar de 25 de Abril de 1974, o SED provou ser um parceiro fiável para os comunistas portugueses. O apoio de Berlim Leste chegou tal como foi pedido pelo PCP: uma política de «esperar para ver» nas relações diplomáticas com Portugal e, simultaneamente, ajuda financeira e material para a luta dos comunistas pelo controlo do movimento sindical.

Numa segunda fase, o SED começou a exercer maior influência na forma como as relações entre Portugal e a Alemanha de Leste deviam ser estabelecidas. Comunistas da Alemanha de Leste e de Portugal assinaram um acordo que garantiu uma maior cooperação para evitar mal-entendidos durante a preparação e implementação da conferência de partidos comunistas europeus em Berlim Leste. Um acordo comercial bilateral assinado em Janeiro de 1975 abriu as portas a contactos económicos especiais entre firmas portuguesas influenciadas pelos comunistas e a RDA. Com Portugal a tomar um rumo socialista após o 11 de Março de 1975, as exigências de laços mais próximos com a Alemanha de Leste multiplicaram-se. No entanto, a RDA não estava disposta a modificar o seu princípio de «coexistência pacífica» baseado na separação das relações diplomáticas e transnacionais com países capitalistas, uma vez que os parceiros políticos do SED em Portugal exigiam contactos especiais com Berlim Leste.

O compromisso activo do SED durante a «Revolução dos Cravos» chegou repentinamente ao fim quando Leonid Brejnev apelou à prudência para evitar o possível fracasso da sua estratégia de *détente* no quadro da CSCE. Apesar de o «partido irmão» em Portugal ter sido alvo das piores manifestações anticomunistas violentas, o SED não mostrou qualquer sinal de solidariedade até Moscovo apelar ao fim do seu comportamento cauteloso. À medida que a influência do PCP no rumo político de Portugal enfraquecia, o SED adquiriu uma percepção mais realista da situação em Portugal.

Apesar de o Governo português ter oferecido perspectivas económicas promissoras durante a revolução, as relações comerciais entre Portugal e a RDA ficaram a um nível muito baixo. Uma das razões foi a falta de uma política económica sustentada em Lisboa devido à instabilidade política que afligiu o país a seguir à Revolução. Mais importante, porém, foi a falta de compromisso dos dois lados. Numa tentativa de estabelecer uma cooperação económica especial com a Comunidade Europeia, o I Governo Constitucional português, chefiado por Mário Soares, não tardou a aumentar as taxas sobre as importações da Alemanha de Leste⁵⁰. O ministro do Comércio da RDA salientou que o comércio entre os dois países iria abrandar, parcialmente devido aos preços inflacionados das importações portuguesas de vinho e peixe⁵¹. Uma vez que as hipóteses de exportação de produtos tecnológicos da Alemanha de Leste para Portugal quase tinham desaparecido, a RDA não viu qualquer razão para comprar a Portugal produtos caros cuja importação fora originalmente motivada pelo desejo de favorecer os comunistas portugueses.

Contudo, o grande interesse pela RDA que sectores do povo português mostraram fortaleceu a estratégia do SED de continuar a apoiar uma associação de amizade mútua em Lisboa mesmo numa altura em que os comunistas já tinham perdido qualquer papel na governação de Portugal. Já que tinham estado presentes durante a revolução partidos e fundações da Alemanha Ocidental, a RDA viu com agrado uma resposta forte da sua proclamada identidade socialista, que foi usada para construir uma contrapartida ao modelo da Alemanha Ocidental. Como afirmou um destacado membro do SED: «Apoiando a “Associação de Amizade”, descobrimos uma forma relativamente barata de apoiar o trabalho do partido [comunista português].»⁵² *Rd*

TRADUÇÃO: JOSÉ CARLOS POMBO

NOTAS

- 1 FERREIRA, José Medeiros – «Os militares no poder e as relações internacionais». In *Revista da História das Ideias*. Coimbra, vol. XVI, 1994, p. 505.
- 2 SABLOSKY, Juliet Antunes – *PS e a Transição para a Democracia. Relações com os Partidos Socialistas Europeus*. 1.ª edição. Lisboa: Editorial Notícias, 2000. EISFELD, Rainer – *Sozialistischer Pluralismus in Europa. Ansätze und Scheitern am Beispiel Portugal*. 1.ª edição. Colónia: Verlag Wissenschaft und Politik, 1984.
- 3 Os documentos da RDA são citados com SAPMO [Stiftung Archiv der Parteien und Massenorganisationen der DDR im Bundesarchiv]; os documentos portugueses são citados com AHD [Arquivo Histórico-Diplomático].
- 4 SIEBS, Benno-Eide – *Die Außenpolitik der DDR 1976-1989. Strategien und Grenzen*. 1.ª edição. Paderborn: Schöningh, 1999. BOCK, Siegfried – «Vier Jahrzehnte Außenpolitik – Abläufe, Inhalte, Wirkungen». In KOCKA, Jürgen [org.] – *Die DDR als Geschichte. Fragen – Hypothesen – Perspektiven*. Berlin: Akademie-Verlag, 1994, pp. 39-53. PFEIL, Ulrich [org.] – *Die DDR und der Westen. Transnationale Beziehungen 1949-1989*. 1.ª edição. Berlin: Ch. Links Verlag, 2001.
- 5 SAPMO. DY 30 IV 2/20/268.
- 6 Devido a divergências de fundo entre os partidos eurocomunistas e os orientados por Moscovo, a conferência acabou por realizar-se no Verão de 1976: DELVIN, Kevin – «The Challenge of Eurocommunism». In *Problems of Communism*. Washington DC. vol. XXVI, n.º 1, 1977, p. 2.
- 7 CERVELLÓ, Josep Sánchez – *A Revolução Portuguesa e a sua Influência na Transição Espanhola [1961-1976]*. 1.ª edição. Lisboa: Assírio & Alvim, 1993, p. 196.
- 8 CUNHA, Carlos – *The Portuguese Communist Party's strategy for power: 1921-1986*. University of Michigan: Diss. of University of Michigan, 1987, p. 260.
- 9 Relatório do SED, 16 de Maio de 1974, in: SAPMO DY 30 IV B 2/20/209.
- 10 AVILLETZ, Maria João – *Soares. Ditadura e Revolução*. 1.ª edição. Lisboa: Público, 1996, p. 380.
- 11 AHD. PEA 28/74.
- 12 OPTENHÖGEL, Uwe – *Die Arbeiterbewegung in Portugal im Prozeß gesellschaftlichen Umbruchs. Tradition, Entstehung und Politik der nachsalazaristischen Gewerkschaften [1968-1979]*. 1.ª edição. Hamburgo: Verlag Dr. Kovac, 1988, p. 210.
- 13 Relatório Heilmann, 18 de Junho de 1974, in: SAPMO. DY 34 10667.
- 14 Presidente da FDGB, 24 de Junho de 1974, in: SAPMO. DY 34 25188.
- 15 Presidente da FDGB, 11-4-1974, in: SAPMO DY 34 25412. A primeira edição deste jornal publicou um artigo enaltecedor sobre a RDA, supostamente para prestar homenagem à ajuda financeira da Alemanha Oriental. Cf. Alavanca, 9 de Setembro de 1974.
- 16 CERVELLÓ, Josep Sánchez – *A Revolução Portuguesa*, p. 206.
- 17 Partido Comunista Português – *VII Congresso [Extraordinário], 20 de Outubro de 1974*. Lisboa: Edições Avante, 1974.
- 18 SAPMO. DY 30 IV B 2/20/49.
- 19 Carta do PCP ao SED, in: SAPMO DY 30 IV B 2/20/209.
- 20 Documento estratégico do SED, 12 de Outubro de 1974, in: SAPMO DY 30 IV B 2/20/209.
- 21 Relatório de Axen para o politburo do SED, 30 de Dezembro de 1974, in: SAPMO DY 30 IV B 2/20/209.
- 22 GASPAS, Carlos – «Histórias do PCP: a tese da "Revolução democrática e nacional"». In *Rumo à Memória. Crónicas da Crise Comunista*. 1.ª edição. Lisboa: Quetzal Editores, 1992, p. 32.
- 23 Relatório de Axen, in: SAPMO DY 30 IV 2/2.035/55.
- 24 SAPMO. DY 30 IV B 2/20/209.
- 25 MEUSCHEL, Sigrid – *Legitimation und Parteiherrschaft in der DDR. Zum Paradox von Stabilität und Revolution in der DDR 1945-1989*. 1.ª edição. Frankfurt: Suhrkamp, 1992, p. 278.
- 26 SODARO, Michael J. – *Moscow, Germany and the West from Khrushchev to Gorbachev*. 1.ª edição. Ithaca: Cornell University Press, 1990, pp. 260-261.
- 27 Relatório SED, 17 de Janeiro de 1975, in: SAPMO DY 30 IV B 2/20/209.
- 28 Relatório, 21 de Janeiro de 1975, in: SAPMO DY 13 2374.
- 29 SIEBS, Benno-Eide – *Die Außenpolitik der DDR 1976-1989*, pp. 131-133.
- 30 Relatório MAH, in: SAPMO DY 30 14587.
- 31 CLIJSTERS, Edi – *Portugal 1974: A Non-Violent Revolution. Causes, course and consequences of the «Revolution of Carnations», confronted with theoretical definitions of revolution*. Florença: European University Institute, 1999, p. 143.
- 32 Relatório MNE, 28 de Maio de 1975, in: AHD EEA 632.
- 33 HERTLE, Hans-Hermann – *Der Fall der Mauer. Die unbeabsichtigte Selbstauflösung des SED-Staates*. 1.ª edição. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1996, pp. 38-45.
- 34 Relatório MAH, 17 de Março de 1975, in: SAPMO DY 30 16042.
- 35 Relatório SED, 6 de Junho de 1975, in: SAPMO DY 30 J IV 2/2/5866.
- 36 SIEBS, Benno-Eide – *Die Außenpolitik der DDR 1976-1989*, p. 54.
- 37 BRUNS, Wilhelm – «Die Außenpolitik der DDR». In: *Beiträge zur Zeitgeschichte*, vol. XVI, 1985, p. 50.
- 38 CERVELLÓ, Josep Sánchez – *A Revolução Portuguesa*, p. 232.
- 39 Outro exemplo foi o do Presidente português, general Costa Gomes, que elogiou a actividade da RDA em Portugal durante a revolução [*Neues Deutschland*, 20 de Junho de 1975].
- 40 STALLINGS, Barbara – «Portugal and the IMF: The Political Economy of Stabilizations». In MACEDO, Jorge Braga de [org.] – *Portugal since the Revolution: Economic and Political Perspectives* Boulder: Westview Press, 1981, p. 110.
- 41 SAPMO. DY 30 2377.
- 42 Honecker's report, 18 de Junho de 1975, in: SAPMO DY 30 J IV 2/2/1567.
- 43 WETTIG, Gerhard – *Die Sowjetische Portugal-Politik 1974-1975*. Köln: Berichte des Bundesinstituts für ostwissenschaftliche und internationale Studien, 1975, p. 35-38.
- 44 *Neues Deutschland*, 13 de Agosto de 1975.
- 45 Relatório Axen, 12 de Agosto de 1975, in: SAPMO DY 30 J IV 2/2A/1904.
- 46 Relatório Honecker, 25 de Novembro de 1975, in: SAPMO DY 30 J IV 2/2/1589.
- 47 Relatório Werner Flach, in: SAPMO DY 30 IV B 2/20/207.
- 48 Em 1977, o SED calculou a ajuda financeira para a associação em 229 mil marcos, soma que representava 11,5 por cento de todo o apoio financeiro atribuído a associações da Europa Ocidental e do Norte, in: SAPMO DY 13 2374.
- 49 MAXWELL, Kenneth – «Portuguese Communism». In SCHWAB, George [org.] – *Eurocommunism. The Ideological and Political-Theoretical Foundation*. Connecticut: Jai Press, 1981, p. 270.
- 50 Diário da República, 14 de Outubro de 1976.
- 51 Relatório da Embaixada de Portugal em Berlim Leste, 8 de Outubro de 1976, in: AHD. EEA 705.
- 52 Relatório Ernst-Otto Schwabe, in: SAPMO. DY IV B 2/20/207.